

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES

2



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES

2



Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abraão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 Educação [recurso eletrônico] : agregando, incluindo e almejando oportunidades 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5706-419-1

DOI 10.22533/at.ed.191202309

1. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Importante contar ao leitor, antes de apresentar com mais detalhe as características desta obra, o contexto em que ela se insere, marcando bem o lugar histórico que a circunscreve.

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angustias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste volume de “***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente.

Este livro, ***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***, reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ESTRATÉGIAS LÚDICAS NO ENSINO DA BIOLOGIA EM ESCOLA RURAL DE SANTARÉM-PA

Alexander Silva Aguiar
Marcia Mourão Ramos Azevedo
Adriane Xavier Hager
Jessica Sabrina da Silva Ferreira
Rômulo Jorge Batista Pereira
Marco Luciano Rabelo Pinto
Emilly Thaís Feitosa Sousa
Juliana Maria dos Santos Ribeiro
Ellen Naiany Araújo de Freitas
Ananda Emilly de Oliveira Brito

DOI 10.22533/at.ed.1912023091

CAPÍTULO 2..... 14

A INCLUSÃO DE SURDOS NO ENSINO DE QUÍMICA EM UMA PERSPECTIVA DE EXPERIMENTAÇÃO INVESTIGATIVA

Antonio Oliveira Rocha
Luana Novaes Santos

DOI 10.22533/at.ed.1912023092

CAPÍTULO 3..... 26

UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE OS ALUNOS EM RISCO DE FRACASSO ESCOLAR NA DISCIPLINA MATEMÁTICA

Deusdete Viana Baião

DOI 10.22533/at.ed.1912023093

CAPÍTULO 4..... 38

ENTRELAÇAMENTOS: PERCEPÇÃO, EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS, NA FORMAÇÃO DE CONCEITOS EM CEGOS CONGÊNITOS

Marta Cristina Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.1912023094

CAPÍTULO 5..... 45

O PERFIL DOS ALUNOS TECNÓLOGOS NA ATUALIDADE

Eduardo Manuel Bartalini Gallego
Rodrigo Ribeiro de Paiva
Daniela Dias dos Anjos

DOI 10.22533/at.ed.1912023095

CAPÍTULO 6..... 56

A MÚSICA COMO RECURSO METODOLÓGICO NO ENSINO DA SEGUNDA LÍNGUA

Katscilaine dos Santos Francelino
Kenia dos Santos Francelino

DOI 10.22533/at.ed.1912023096

CAPÍTULO 7..... 66

DESENVOLVIMENTO DE MATERIAL TÁTIL PARA O ENSINO DE ASTRONOMIA PARA ALUNOS CEGOS E COM BAIXA VISÃO

Aires da Conceição Silva
Bianca Maria da Silva Mello
Elisa Maria de Brito Gomes
Erica Costa Bhering
Jackson Almeida de Farias
Priscila Alves Marques
Rayssa Cristine dos Santos Feitosa-Bastos
Sílvia Lorenz-Martins

DOI 10.22533/at.ed.1912023097

CAPÍTULO 8..... 81

EDUCAÇÃO AMBIENTAL É ASSUNTO DA ARTE EDUCAÇÃO

Karin Vecchiatti

DOI 10.22533/at.ed.1912023098

CAPÍTULO 9..... 93

A INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA FORMAÇÃO DO PETIANO: PESQUISAS INDIVIDUAIS NO PET-PEDAGOGIA UEM

Maria Carolina Miesse
Heloisa Toshie Irie Saito
Carla Cerqueira Romano
Débora Patrícia Oliveira Ribeiro
Eduarda Miriani Stabile
Emanuely Lívia Loubach Rocha
Evilásio Paulo Novais Junior
Karoline Batista dos Santos
Luana Aparecida Depieri
Manoela Schulter de Souza
Mariana Selini Bortolo
Rayssa da Silva Castro
Shara da Silva Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.1912023099

CAPÍTULO 10..... 102

A LITERATURA A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO: “O ATENEU”, DE RAUL POMPÉIA, E OS IMPACTOS PSÍQUICOS DOS PROCESSOS VERBAIS

Adelcio Machado dos Santos
Ana Paula Canalle

DOI 10.22533/at.ed.19120230910

CAPÍTULO 11.....118

LUDICIDADE, BODYMIND CENTERING E A ABORDAGEM EDUCACIONAL REGGIO EMILIA: AMBIENTES PARA AULAS DE MOVIMENTO DESDE A PRÉ-

ESCOLA ATÉ O ENSINO BÁSICO

David John Iannitelli

DOI 10.22533/at.ed.19120230911

CAPÍTULO 12..... 132

EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA: A REINVENÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM UMA COMUNIDADE RURAL DE ALAGOAS

Liliane Santos Pereira Silva

Maria Aparecida da Silva Santos

Gustavo Alberto de Souza

Edvaldo Ribeiro Brandão

Roberto Albuquerque Salsa

Eloise Cristina Pinto Macedo

Karen Lauren Monteiro Silva

Mariusia Alves Santos da Silva

Milena de Siqueira Nolasco

Sarla Silva de Oliveira

Anne Karolyne Santos Barbosa

Saulo Luders Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.19120230912

CAPÍTULO 13..... 146

O PROTAGONISMO INFANTOJUVENIL E SUAS COMPETÊNCIAS EMPREENDEDORAS COMO INICIATIVAS EDUCATIVAS E PROFISSIONAIS NUMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ÉTICA

Marisa Batista

DOI 10.22533/at.ed.19120230913

CAPÍTULO 14..... 169

MERENDA ESCOLAR E A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO NUMA ESCOLA DA REGIÃO DO BICO

Rosilda Cardoso Nolêto Rocha

Joedson Brito dos Santo

DOI 10.22533/at.ed.19120230914

CAPÍTULO 15..... 183

O ENSINO DE FÍSICA DAS ONDAS ACÚSTICAS ATRAVÉS DA MÚSICA E DOS INSTRUMENTOS MUSICAIS

Carla Caroline Souza Costa

DOI 10.22533/at.ed.19120230915

CAPÍTULO 16..... 195

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO EAD: A INTERAÇÃO ENTRE ALUNO E PROFESSOR POR MEIO DE WEB'S AO VIVO

Alexsandro Barreto Gois

Fernanda Maria Furst Signori

DOI 10.22533/at.ed.19120230916

CAPÍTULO 17..... 201

ETEC DE PERUÍBE: DE CLASSE DESCENTRALIZADA A UNIDADE INDEPENDENTE

Marluce Gavião Sacramento Dias

Marília Macorin de Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.19120230917

CAPÍTULO 18..... 212

PET FAZENDO CIÊNCIAS: CIÊNCIA PARA TODOS

Bianca Cristina Carvalho Reis

Alicia Beatriz Moreira de Queiroz

Débora Cristina Pimentel

Geovana Batista Rosa de Souza

Italo de Andrade Bianchini

Jordana Macedo Simões

Luana Maria Pacheco Schittino

Lucas da Silva Lopes

Lucas Filipe Almeida

Luiz Vinicius de Souza Arruda

Maria Cecilia Brangioni de Paula

Maria Eduarda Almeida Pinto

Michele Midori Koyama de Souza

Nicole Almeida de Oliveira

Raissa Barbosa de Castro

Yan da Silva Clevelares

Raphael de Souza Vasconcellos

DOI 10.22533/at.ed.19120230918

CAPÍTULO 19..... 220

RECURSO INFORMACIONAL DIGITAL DISTRIBUÍDO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM CURSO TÉCNICO INTEGRADO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS PARA USO DIDÁTICO

Carmencita Ferreira Silva Assis

Maria Aparecida Rodrigues de Souza

DOI 10.22533/at.ed.19120230919

CAPÍTULO 20..... 231

REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Cristiane Copque da Cruz Santos de Santana

DOI 10.22533/at.ed.19120230920

CAPÍTULO 21..... 239

O YOUTUBE COMO UM MODELADOR DA APRENDIZAGEM E IDENTIFICAÇÃO INFANTIL

Moniki Aguiar Mozzer Denucci

Carlos Henrique Medeiros de Souza

Maria Eugenia Ferreira Totti

DOI 10.22533/at.ed.19120230921

SOBRE O ORGANIZADOR.....	250
ÍNDICE REMISSIVO.....	251

CAPÍTULO 14

MERENDA ESCOLAR E A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO NUMA ESCOLA DA REGIÃO DO BICO

Data de aceite: 01/09/2020

Rosilda Cardoso Nolêto Rocha

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Joedson Brito dos Santo

Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Este texto é parte do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins (UFT)

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo examinar as contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) para assegurar o direito à educação pública, numa escola da rede estadual de ensino, no município de Nazaré/TO. Optamos por fazer uma pesquisa de natureza qualitativa tendo o Estudo de Caso como estratégias de pesquisa Fizemos o uso de formulário, de entrevista e analisamos ainda documentos. Compreendemos ao longo do estudo que a alimentação que é condição imprescindível para que um ser humano corra atrás de outros direitos e que o Pnae é um programa que sugere apresentar relevância social e educacional, uma vez que ao se propor contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos estudantes, ao passo que vivemos num país com grandes desigualdades sociais e a grande maioria das crianças atendidas pelo programa são de baixa renda. Os resultados da pesquisa mostram que a

escola desenvolve regularmente o Pnae, recebe os recursos advindos do FNDE e elabora ações e projetos que promovem a formação de hábitos alimentares saudáveis, e apesar dos recursos não ser suficiente como observamos na pesquisa o programa contribui para assegurar o direito a educação e a permanência dos alunos na escola.

PALAVRAS-CHAVE: Educação escolar pública; Direito à educação; Pnae.

SCHOOL SNACK AND THE WARRANTY OF THE RIGHT THE EDUCATION IN A SCHOOL OF THE AREA OF THE BEAK

ABSTRACT: The present article has as objective examines the contributions of the National Program of School Feeding (Pnae) to assure the right to the public education, in a school of the state net of teaching, in the municipal district of Nazaré/TO. we Opted to do a research of qualitative nature tends the Study of Case as research strategies Did the form use, of interview and we still analyzed documents. We understood along the study that the feeding that is indispensable condition for a human being to run behind other rights and that Pnae is a program that suggests to present social and education relevance, once when intending to contribute for the growth and the development biopsicossocial the learning, the school income and the formation of the students' healthy habits, to the I can that we lived at a country with great social inequalities and the children's great majority assisted by the healthy program of low income. The results of the research show that the school develops Pnae regularly, it receives the resources advindos of FNDE and it elaborates actions and projects that

promote the formation of healthy alimentary habits, and in spite of the resources not to be enough as we observed in the research the program contributes to assure the right the education and the students' permanence in the school.

KEYWORDS: Public school education; Right to the education; Pnae.

O presente texto discute a relação entre programa de alimentação escolar e garantia do direito a educação. O estudo teve como objetivo examinar as contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) para assegurar o direito à educação pública, numa escola da rede estadual de ensino, do município de Nazaré-TO, região do Bico do Papagaio, no extremo norte do estado do Tocantins. O processo exigiu verificar se os objetivos do Programa estavam sendo efetivados na escola em análise. Para dar conta desses objetivos optamos por uma abordagem de natureza qualitativa com a utilização do Estudo de Caso como estratégia metodológica e da entrevista e análise documental como técnica de pesquisa.

O Pnae é um programa do governo federal, que foi implantado em 1955, que sofreu alterações e evolução ao longo das décadas e que vêm contribuindo de forma significativa para melhoria das condições mínimas de alimentação de diversas famílias brasileiras, particularmente, das mais necessitadas, e, sobretudo, para as crianças em idade escolar e que frequentam a escola básica regular pública. Atualmente, atende a crianças matriculadas nas escolas públicas e filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público) na Educação Infantil (creches e pré-escola), nos Anos iniciais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos, como também nas escolas indígenas e quilombolas.

O programa é mantido por meio da transferência de recursos públicos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal, realizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Esses recursos devem ser aplicados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios e parte desses alimentos devem ser adquiridos na própria região através da agricultura familiar, como estabelecido na Lei nº 11.947/2009, ao definir, que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE devem ser aplicados na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar (BRASIL,2009). Esse último aspecto é muito importante, haja vista por meio do Pnae é possível contribuir com o desenvolvimento da economia local e com geração de emprego e renda.

De acordo com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e com a Cartilha Nacional da Alimentação Escolar, o Programa tem um caráter suplementar e educativo, contribuindo para melhoria das condições fisiológicas do aluno e com possíveis impactos positivos em seu desempenho educacional e na evasão escolar.

O Pnae garante alimentação mínima para os estudantes das redes escolares

públicas e fornece alimentos balanceado que atendem aos critérios nutricionais necessário ao desenvolvimento das crianças. Nesse sentido, o Programa apresenta forte relevância e impacto social, uma vez que vivemos num país com grandes desigualdades sociais e maior parte das crianças atendidas pelo programa são de baixa renda e ou estão em condições de vulnerabilidade social. Além disso, os cardápios são definidos pela unidade concedente, através de um (a) nutricionista, que deve estar cadastrado no Pnae/FNDE, mas deve levar em conta as necessidades nutricionais de cada região

Nesse sentido o programa estará assegurando o direito á alimentação e o direito á educação dos escolares, ao passo que contribuindo no combate a fome e na redução da evasão escolar, promovendo ações higiênicas e educativas, de igualdade de acesso aos alimentos. Além de respeitar os hábitos alimentares de cada região, contribui para uma alimentação saudável. Esses aspectos são importantes, haja vista que a alimentação é um direito humano que está assegurado pela legislação do Brasil, beneficiando grande parte da população, os nossos estudantes, pois eles têm o direito de aprender, de permanecer e se desenvolver no ambiente escolar.

O Pnae tem caráter suplementar, ou seja, ele vem para complementar à alimentação dos estudantes, daí a importância de um cardápio diferenciado, como também de merendeiras capacitadas para atender as necessidades nutricionais diárias dos alunos. Aspecto fundamental para o desenvolvimento humano, biológico e social educacional de cada criança que frequenta o ambiente escolar. No entanto, Draibe (2001) destaca que,

Os resultados do programa dependem, sem dúvida, de certas condições e processos da implementação, dentre os quais as clássicas características de um programa de alimentação escolar: com ou sem cardápio; com ou sem merendeira; com ou sem circulação de informações e especialmente, com ou sem capacitação da merendeira para suas funções (DRAIBE, 2001, p.76).

Algumas questões do programa devem ser discutidas pela escola e pelas famílias, como a educação alimentar e nutricional de seus alunos, o cardápio da alimentação escolar e a importância do nutricionista. Outro fator também de fundamental importância são as diversas responsabilidades em relação à conservação dos produtos que compõem a refeição servida aos alunos.

Desse modo, urge discutir mais sobre esse tema e programa, seja para verificar sua operacionalização e sua relevância social, seja para contribuir com o debate sobre o mesmo, no espaço acadêmico e com a sociedade em geral, particularmente, com as escolas e os atores da educação escolar pública. É preciso pensar medidas de ampliação do programa e de estratégias que possam promover a alimentação adequada e suficiente nas escolas públicas do país.

EDUCAÇÃO UM DIREITO FUNDAMENTAL - O DIREITO À EDUCAÇÃO

Quando observamos a importância do acesso à educação como meio de abertura do indivíduo para o mundo e para sua humanização, para sua autoconstrução e emancipação percebemos que o direito à educação, é também oportunidade de crescimento cidadão e caminho para aquisição de outros direitos. Por isso Cury (2001, p. 245) chega a afirmar que o direito à educação escolar é “mais do que uma exigência contemporânea ligada aos processos produtivos e de inserção profissional”, ele diz respeito a um conjunto de valores da cidadania social e política.

Por isso, para Cury (2004) é necessário que a educação seja garantida a todos, e é fundamental que o direito à educação esteja inscrito em lei de caráter nacional. Para ele hoje já não há países que não reconheçam a educação como direito e não sou poucos os documentos que tratam do tema com esse foco. O mesmo cita em suas palavras:

Não são poucos os documentos de caráter internacional, assinados por países da Organização das Nações Unidas, que reconhecem e garantem esse acesso a seus cidadãos. Tal é o caso do art. XXVI da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948. Do mesmo assunto ocupam-se a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino, de 1960, e o art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966. [...] Mais recentemente temos o documento de Jomtien, que abrange os países mais populosos do mundo. (CURY, 2002, p. 246).

No caso do Brasil, a Constituição Federal de 1988(CF) foi fundamental para consolidar a educação como direito para todos os brasileiros. Ela sucedeu um período conflituoso, de autoritarismo e repressão onde o país passava por um processo de ditadura militar, que durou praticamente 20 anos. Nesse período, os direitos fundamentais foram cessados e violados, como: o direito a liberdade, igualdade, segurança, educação, dentre outros.

Esta Constituição reafirmar e resgatar esses direitos sociais fundamentais para o exercício da cidadania. No art. 1º, por exemplo, a CF de 1988, dispõe que o Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político. No art. 3º dispõe que constituem objetivos fundamentais: construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. E nos artigos 5º, 6º e 7º vai dispôs de forma extensa sobre os direitos individuais e coletivos, os direitos sociais e garantias

Fundamentais.

No que se refere a educação a CF de 1988, dedica o capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto e particularmente a Seção I com os artigos 205 ao 214. No artigo 205 está explicitado, por exemplo, que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988, p.118). Já no Art. 206, que o ensino será ministrado com base nos princípios de:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006).

Assim como, a Constituição Federal é importante reforçar o papel do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação (LDB) na defesa e afirmação dos direitos sociais e, particularmente, da educação. O ECA, Lei n.8.069, de 1990, dispõe no art. 4º, por exemplo, que,

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação ao esporte, ao lazer à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, p. 1).

Trata-se de um importante documento no enfrentamento das desigualdades sociais e na proteção da direito criança e do adolescente, como afirma Santos

(2015, p.59) “O ECA significou um avanço na consolidação do direito da criança pequena e serviu de fundamento legal para garantir parte das ações jurídicas que visam assegurar o direito da criança à educação.”

A lei 9.394/96, mais conhecida como nova LDB, faz um detalhamento do direito a educação trazendo novas diretrizes para operacionalização e melhoria da educação brasileira. Como também, faz encaminhamento e direciona algumas responsabilidades do poder pública em assegurar a educação. A LDB/1996, detalha e delimita sobre os recursos para financiar a educação. Trata sobre a responsabilidade dos órgãos fiscalizadores e os padrões mínimos de oportunidades educacionais e sobre o regime de colaboração e destaca a ação supletiva da União e dos Estados, com o objetivo de corrigir as disparidades de acesso, como, também, de garantir o padrão mínimo de qualidade, dentre outros aspectos (BRASIL, 1996, arts. 68 a 77).

Sobre a legislação educacional Cury (2005, p. 2) destaca que, o fato da legislação indicar “os direitos, os deveres, as proibições, as possibilidades e os limites de atuação” [...] possui um “enorme impacto no cotidiano das pessoas, mesmo que nem sempre elas estejam conscientes de todas as suas implicações e consequências”. Ou, seja, ao passo que a legislação reconhece, afirma e reafirma direitos fundamentais, dentre eles, a educação, promove-se condições de luta e disputa em favor do cumprimento da lei e da garantir dos direitos dispostos, para toda a população.

Nessa direção, entendemos que o direito à educação pública gratuita e de qualidade é um direito que assegura direitos, mas para sua efetivação é preciso de políticas, programas e ações que assegurem recursos público para sua efetivação, bem como de políticas setoriais que atendam a amplitude de direito a educação no conjunto das políticas sociais.

Nesse sentido, gostaríamos de destacar e situar o programa de merenda escolar como uma das principais ações e programas do governo federal gerenciado pelo FNDE que direciona recursos públicos para garantir alimentação aos escolares. Sua importância se deve ao fato de que a grande parte dos alunos da educação pública pertencem as camadas mais pobres da população brasileira, onde há caso em que muitos alunos carecem de direitos básicos como a alimentação. Sem alimentação e os nutrientes mínimos para viver e se desenvolver, as crianças não conseguem progredir na escolas, nem na vida. Nesse sentido, não há garantia do direito à educação sem que o direito ao alimentos seja garantido.

O Pnae, mas conhecido como Merenda Escolar, foi criado, também, com a finalidade de promover o crescimento, desenvolvimento e rendimento escolar dos alunos e desse modo, o programa contribui na garantia do direito à educação e para o combate das desigualdades sociais. Os recursos financeiros são repassados com base no número de alunos matriculados no nível educacional a ser atendido e são

distribuídos aos entes federados por meio do FNDE. Espera-se que ele proporcione aos alunos satisfação de suas necessidades nutricionais e a permanência da escola.

A MERENDA ESCOLAR E A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO NUMA ESCOLA DA REGIÃO DO BICO

Para alcançar o objetivo do trabalho, a princípio foi feito um estudo de alguns teóricos, que discutem a respeito da Educação, Direito à Educação e sobre o Pnae em livros, artigos, cartilhas e alguns textos e dispositivos legais *on-line*. Foi realizada uma Pesquisa de Campo com análise qualitativa para obtermos mais detalhes e uma melhor compreensão do tema estudado. Na pesquisa realizamos um processo de entrevista com a gestora, a coordenadora pedagógica e as merendeiras que atuam na escola em análise. Propomos uma entrevista oral ou a entrega de um formulário. A entrevista deu-se na própria escola, mas a gestora e a coordenadora pedagógica optaram por responder ao formulário e depois entregar, já as duas merendeiras preferiram que as perguntas fossem feitas oralmente e as mesmas responderiam. A entrevista com as merendeiras teve aproximadamente a duração entre 30 a 35 minutos. Para melhor compreensão do objeto realizamos, ainda, uma breve análise. A pesquisa foi realizada entre os dias 14 a 18 de novembro de 2016.

Para elaboração do formulário da entrevista retornamos aos objetivos propostos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, com a finalidade de verificarmos se os mesmos estão sendo assegurados. Foram focalizadas questões abrangentes sobre o Pnae, os recursos financeiros, a alimentação e a função da escola referente à alimentação escolar.

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Piaçava situada no centro do distrito de Piaçava, na zona rural do município de Nazaré, no extremo Norte do Estado do Tocantins, região conhecida como Bico do Papagaio. A escola recebeu esse nome em homenagem ao nome do povoado na qual a mesma encontra-se situada. A escola funciona nos três turnos, oferecendo três etapas da educação básica: anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º) no turno vespertino, anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 8º) no turno matutino e Ensino Médio (1ª a 3ª série) no turno noturno.

A Merenda Escolar na Escola Estadual Piaçava a partir dos dados da entrevista

Nesse tópico apresentamos como se dava a execução do programa na escola, examinando se a escola atende aos critérios estabelecidos pelo Pnae e assegura o direito à educação aos escolares a partir da entrevista com o sujeito selecionado. A primeira pergunta foi direcionada à gestora que foi se a escola

possuía o Pnae e de onde vinham os recursos financeiros para alimentação escolar. A **Gestora** respondeu que sim, e que os recursos vêm do Governo Federal e são repassados pelo FNDE.

Seguindo com a mesma finalidade indagamos se a Escola comprava gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e se foi executado o mínimo obrigatório de 30% na aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar. A Gestora respondeu:

A escola não adquire os 30% conforme estabelecido em lei, em virtude da falta de interesse dos produtores rurais da região e a falta de selo de inspeção, sendo assim inviabiliza as aquisições. Alguns produtos são adquiridos através da agricultura familiar, como: banana, abóbora, feijão, melancia e cheiro verde. (Gestora).

O que significa que apesar da descentralização como destaca Draibe (2001); Silvia (1995) e sobre o fato da descentralização trazer mais agilidade, facilitar o modelo de gestão, na operacionalização no contexto da escola isso pode não acontecer, seja por fragilidades financeiras dos municípios, por fragilidade nos conselhos de merenda seja porque problemas na aquisição dos recursos nacional.

Na sequência perguntamos: se escola tinha um/a nutricionista, se tinha um cardápio, se o cardápio era elaborado e acompanhado pelo nutricionista e se cumpriam as exigências do programa. A no conjunto da resposta da Gestora foi destacado, “a escola não possui nutricionista. Existe uma na Diretoria de Ensino que atende todas as escolas da Regional”. [...] “Existe uma nutricionista que acompanha e avalia os cardápios elaborados pela escola e sempre que possível realiza visita em loco, onde acompanha a preparação e a distribuição da merenda”.

Examinando os dados acima e também de havia participação dos alunos na escolha do cardápio. Identificamos que havia um votação dos alunos sobre a aceitação e escolha do cardápio. Tal fato sugeriu a existência de um processo democrático e interativo, uma vez que os alunos são o foco principal do programa e essa participação além de aproxima os estudantes do cardápio da merenda escolar, permite também que a escola realize uma melhor organização e aceitação do cardápio, como também que evite desperdício de alimentos.

Com base na fala da gestora percebemos que a escola não cumpre as exigências do programa com relação a aquisição dos alimentos da agricultura familiar no que se refere aos 30%, apenas alguns alimentos são adquiridos. Ela destacou alguns itens que dificultam essa aquisição como a falta de interesse dos produtores e as exigências com relação ao selo de inspeção. Como a escola, em análise, está situada em uma cidade pequena isso pode dificultar essa questão burocrática para os pequenos produtores rurais, mais para se ter uma ideia conclusiva sobre o tema seria necessário entrevistar os produtores rurais. Com relação a nutricionista a mesma relata que a escola não possui uma, mas a Diretoria de Ensino disponibiliza

o acompanhamento de uma para avaliar e acompanhar os cardápios nas escolas da Regional. Tal fato é uma alternativa, haja vista as especificidades do distrito, mas que precisa ser bem avaliada no sentido de verificar se consegue suprir as necessidades e as finalidades do programa, de modo a possibilitar a merenda nos critérios esperados.

Nesse sentido os dados nos levam a refletir e nos trazem algumas indagações, será que a escola não está conseguindo cumprir as exigências do programa ou será que o poder público e o próprio programa não favorecer suporte para que a escola realmente consiga contemplar as suas exigências, uma vez que, não há produtores rurais na região que forneça os 30% de alimentos como exige o programa e nem tão pouco uma nutricionista para cada escola. Por outro lado, será que é só um problema relativo aos agricultores, talvez seria preciso que o município criasse condições tanto via instruções e formação quanto em relação a orientações, apoio e auxílio técnico.

Com relação aos alimentos da merenda analisamos questões relacionadas aos alimentos, como os critérios nutricionais e a conservação, observando se a escola preocupa em ofertar um cardápio variado que complemente os nutrientes necessários para suprir as necessidades alimentícias dos escolares. Algumas questões foram direcionadas à gestora e a coordenadora. A primeira tratou sobre os alimentos. Como era feita a aquisição dos alimentos da Merenda Escolar. A **Gestora** disse que a aquisição era feita no próprio município por meio da tomada de menor preço por itens. Já a **Coordenadora** afirmou que é através de licitação nos comércios do município.

Perguntamos se a compra desses alimentos atendia aos critérios nutricionais exigidos pelo programa. A **Gestora** respondeu que não atende, em virtude do baixo valor, planejamos as preparações para que possa atender o maior número de dias letivos e a **Coordenadora** também disse que não atende, pois o valor é insuficiente para atender os dias letivos.

Em seguida perguntamos se a quantidade da refeição servida aos escolares era suficiente para atender aos 15% das necessidades nutricionais diárias de cada aluno, como propõe o programa. A **Gestora** disse que às vezes, pois os cardápios eram suficientes para atender os dias letivos mensais, o que conseguiam doar, mas nem sempre a quantidade atende. A **Coordenadora** disse, visto que o valor recebido é pouco se faz o possível para manter este atendimento isso com a ajuda da nutricionista da Diretoria Regional de Educação. Elas também relataram que havia uma regularidade com relação à oferta diária da Merenda Escolar.

Sobre a conservação dos alimentos a **Gestora**, destacou que “os alimentos são organizados em prateleiras, fora das caixas no depósito da cantina”. Já a **Coordenadora** destacou “que, a conservação dos alimentos é feita em geladeiras

e no depósito apropriado para os alimentos com tambores de tampa¹. No que se referem aos demais alimentos da merenda escolar a gestora e a coordenadora pedagógica afirmaram que a compra era feita pela tomada de menor preço por itens, através de licitações.

Esses relatos são preocupantes se o objetivo do programa é suprir pelo menos os 15% das necessidades nutricionais diárias dos escolares, e a escola não está conseguindo atingir esse objetivo, pois o valor recebido pela escola, não está contemplando os dias letivos. A escola deverá precisa avaliar o programa e os recursos advindos para os município, fiscalizar a utilização dos recursos e lutar por mais recursos para alimentação. Os dados coletados na entrevista propiciaram fazer uma relação entre o recurso disponibilizado e a quantidade de alunos atendidos. Devemos levar em consideração que se trata de uma escola pequena, com poucos alunos e a quantidade do recurso também é pouca.

Na sequência perguntamos sobre se a escola realiza o teste de aceitabilidade com os alunos. Sobre isso a **Gestora** respondeu que sim, a nutricionista realiza pesquisa com os alunos no que diz respeito à aceitação da merenda e o desenvolvimento de ações pedagógicas que contemple o programa. Dando continuidade a essa temática perguntamos se havia envolvimento dos pais com a merenda escolar. A **Gestora** afirmou que não. As perguntas a seguir dando continuidade ao tópico foram direcionadas a gestora e a coordenadora, perguntamos se a Escola desenvolvia algumas ações sobre a alimentação escolar. Sobre esse aspecto as entrevistadas responderam:

Sim, o dia mundial da alimentação é uma delas, ele é trabalhado durante uma semana, com atividades voltadas para a importância da boa alimentação sem desperdícios, o consumo de frutas, legumes e verduras, a necessidade da higienização dos alimentos e das mãos. (GESTORA).

Sim, no próprio Projeto Político Pedagógico da escola há diversas ações que são desenvolvidas, objetivando levar conhecimento aos discentes da necessidade de uma alimentação saudável que complemente os nutrientes necessários para o desenvolvimento físico e intelectual do aluno. (COORDENADORA).

Em seguida perguntamos se a merenda escolar contribui para assegurar uma alimentação com os nutrientes necessários para garantir a aprendizagem e a permanência dos alunos na escola, como garantia do direito à educação. A **Gestora** respondeu que “Contribui para formação de bons hábitos alimentares, como também no combate a evasão escolar”. Já a **Coordenadora** respondeu que “Sim, visto que a merenda escolar muitas vezes é a primeira refeição de alguns alunos, e por ter um

1 Objeto de forma cilíndrica.

cardápio variado acredita-se que os nutrientes estão presentes nesses alimentos”.

Quando perguntamos se a Merenda Escolar era um direito dos alunos matriculados em creches, pré-escolas, Ensino Fundamental e médio, escolas indígenas e quilombolas, de escolas públicas e filantrópicas. As entrevistadas responderam que “a escola busca todos os meios para que o aluno não fique sem o lanche” (**Gestora**). “Diria que ela oferece uma alimentação de acordo com as exigências do Programa Nacional de Alimentação Escolar, mas não supre as necessidades nutricionais, visto que a quantidade da merenda escolar distribuída por aluno é insuficiente” (**Coordenadora**).

Com relação aos recursos do programa na escola e a organização do mesmo. Cabe aqui ressaltar que a responsável por gerenciar do Programa na escola e a Gestora a quem direcionamos as perguntas a seguir. Com a finalidade de coletar os dados pertinentes ao nosso trabalho a primeira questão foi sobre se os recursos financeiros são suficientes. A **Gestora** respondeu que “Não, em virtude dos recursos financeiros disponibilizados não serem suficiente, a escola trabalha com doações e realização de eventos para cumprimento do mesmo. Perguntamos sobre como era feito o repasse do recurso financeiro do Pnae, quais as fontes e de onde vem. A **Gestora** respondeu que “o recurso é repassado a Associação de Apoio à Escola pelo FNDE em 10 parcelas anuais, com base no censo realizado no ano anterior. Em 2016, o valor de cada parcela repassado pelo FNDE à escola corresponde a 826.00 reais”. Elas, respondeu, ainda que, “com base no valor do lanche por aluno ele corresponde aos dias letivos, mas o recurso é insuficiente. O recurso mensal dar para atender entre 10 e 12 dias, onde por mês é aproximadamente 20 dias letivos.

Com relação aos recursos financeiros a gestora relata que não são suficientes e a escola trabalha com doações e realização de eventos para complementá-lo, a escola recebe o recurso através da Associação de Apoio a escola que é repassado pelo FNDE, a mesma recebe 10 parcelas anuais, o valor é feito com base no censo realizado no ano anterior, Em 2016 a escola recebeu 10 parcelas de 826.00 reais. A mesma afirma que os recursos chegam regularmente, no entanto o recurso mensal atende apenas entre 10 a 12 dias sendo que por mês são 20 dias letivos. Então temos R\$ 826.00 dividido para 20 dias letivos que dá 41.3 reais divididos para 117 alunos, temos 35 centavos para a refeição de cada aluno, se comparar com o valor que é repassado pelo governo através da per capita realizada no ano anterior para alunos do ensino fundamental, está acima do valor que é de 30 centavos, no entanto esse valor é muito baixo para que se consiga fazer um lanche com os nutrientes necessários para complementar uma alimentação.

De acordo com esses dados ficou claro que os recursos do Pnae não estão sendo suficientes para assegurar a alimentação diária dos estudantes atendidos nesta escola, visto que a escola tem que contar com doações para conseguir

atender seus alunos, Ao mesmo tempo, podemos afirmar que além de não tender o quantidade de dias, não atende da mesma forma a qualidade necessária.

Com a finalidade analisar andamento da merenda escolar a partir da visão das merendeiras e se o cardápio era bem aceito pelos alunos perguntamos a elas se receberam ou recebia alguma capacitação para estar exercendo a função e se existia regularidade com relação à oferta diária da Merenda Escolar. **Merendeira A** respondeu que sim em relação as duas indagações. **Merendeira B** respondeu não para primeira indagação e **sim** para a segunda. Ela acrescentou que “só não tem quando os alunos saem mais cedo”.

Perguntamos sobre como era a elaboração do cardápio, se existia aceitação do cardápio pelos alunos atendidos e se eles participam da elaboração do mesmo. Tanto a **merendeira A** quando a **B** responderam que era elaborado por uma nutricionista. Que eles gostam da maioria das merendas, agora o biscoito, por exemplo, eles não gostam e que a escola realiza o teste de aceitabilidade. Perguntamos também se os alimentos servidos são adquiridos na própria região. A **merendeira A** respondeu: “Alguns sim, outros em comércios”. **Merendeira B** também respondeu que **sim**, na própria região através da agricultura familiar e também nos comércios locais”.

Ao perguntarmos sobre se a quantidade da refeição servida é suficiente para complementar as necessidades nutricionais diárias dos alunos. As repostas foram unanimes a **Merendeira A** disse que não, porque a quantidade em gramas² é muito pouca, os alunos ficam querendo mais. A **Merendeira B** também respondeu que não, alguns alunos ficam insatisfeitos porque a quantidade da merenda é muito pouca, e ficam pedindo mais.

Com base na resposta das entrevistadas percebemos que apenas a merendeira A, recebeu capacitação para estar exercendo a função, as duas merendeiras afirmam ter oferta de alimentos todos os dias, com relação a elaboração e aceitação do cardápio é feito por uma nutricionista e a maioria das merendas são bem aceitas pelos alunos, elas destacam apenas o biscoito como rejeição e ainda que a escola realiza o teste de aceitabilidade, no que se refere a aquisição dos alimentos é feita através da agricultura familiar e nos comércios locais, na fala das merendeiras elas afirmam que a quantidade da merenda também não é suficiente, a merendeira A disse que a gramagem é pouca e a merendeira B que os alunos ficam insatisfeitos querendo mais.

As merendeiras só vieram reafirmar a fala da gestora e da coordenadora, diante de todos esses relatos é evidente que os recursos financeiros da merenda escolar não estão dando suporte para que a escola cumpra as exigências nutricionais do programa, no entanto percebemos que a escola tem realmente se preocupado em ofertar uma refeição diária aos seus estudantes, algo que é muito positivo. A escola

² É uma unidade de medida de massa.

realiza ações para conseguir mais elementos, bem como se esforça para que o programa tenha êxito na escola. Há a elaboração do cardápio mas e a participação dos sujeitos. No entanto, a quantidade de recursos são insuficientes para atender em quantidade e qualidade.

Os resultados aqui alcançados têm como finalidade nos levar a refletir sobre as contribuições e a importância do programa de alimentação escolar, como também como a escola em análise de um distrito pobre da região do Bico do Papagaio se esforça para garantir que os alunos tenham de algum modo a merenda escolar. Contudo, para melhorar a quantidade e a qualidade da merenda escolar, de modo a possibilitar que o direito a educação seja assegurada é imprescindível ampliar os recursos para a financiamento da educação, e particularmente no contexto desse estudo, para o Programa de Alimentação Escolar. Pois no fundo, não há educação de qualidade, nem êxito no desempenho dos alunos sem que o direito a alimentação ser garantido. Consequentemente podemos afirmar que uma relação estreita entre garantia do direito a educação e garantia do direito a alimentação também na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo nos permite perceber que a análise da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar na Escola Estadual Piaçava evidenciou que a escola recebe os recursos do programa regularmente é acompanhada por uma nutricionista, que participa parcialmente da aquisição de alimentos da agricultura familiar, desenvolve ações que promovem a formação de hábitos alimentares saudáveis, assegurando assim o direito a educação dos estudantes, ou seja, a escola recebe os recursos oferecidos pelo Pnae. No entanto, os recursos são suficientes para assegurar quantidade de alimentos para todos os dias letivos e qualidade nutricional diária para os escolares. Mesmo que, escola tenha organizado ações para garantir que falte a merenda escolar, mesmo com custo tão baixo percebe-se que no fundo a alimentação escolar não é assegurada suficientemente aos seus estudantes.

Diante desse quadro podemos verificar que a CF/1988, o ECA e a própria LDB precisam ser acionado, pois nesse contexto tanto o direito ao alimento, quando o direito a educação estão sendo feridos. Como também que há um grande desafio a ser alcançado quando ampliação e aperfeiçoamento do PNAE, uma vez que, o valor per capita repassado para suprir as necessidades alimentícias dos alunos no período analisados mostra-se ínfimo e até vergonhoso. Pois se analisarmos o valor per captar repassado para as escolas, podemos ver que nenhuma criança consegue merendar com apenas 030 centavos de reais é impossível melhorar as condições nutricionais dos alunos com esse valor.

É também um desafio significativo e preocupante do programa o gerenciamento dos recursos pelos gestores, que em muitos casos não estão preparados e tem dificuldades em adquirir os alimentos principalmente através da agricultura familiar, que exige certa complexidade, como por exemplo, a inspeção sanitária e também a aquisição de produtos orgânicos, que muitas vezes não são encontrados na região local. Nota-se, ainda que apesar das limitações do programa, ele é significativo na vida dos estudantes das escolas públicas brasileiras, pelo seu papel fundamental no combate e enfrentamento das desigualdades sociais e educacionais. Por tudo, isso, urge o aumento do valor per capita do programa em tela, bem como ampliar os recursos direcionados para o financiamento da educação pública no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição.htm>.

_____, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 1996. Disponível em: em: <www.mec.gov.br/legis/default.shtm>.

_____, Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 (Fundeb). Disponível em: <www.mec.gov.br/seb/>..

_____, Módulo Pnae. Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae. Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE MEC / FNDE / SEED Brasília, 2008 2ª edição atualizada.2008.

_____, Portal do FNDE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. Acessado em 21/06/2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cad. Pesqui. n.116. São Paulo jul. 2002

_____, Carlos Roberto Jamil. **Os fora de série na escola**. Campinas SP. Autores associados. 2004.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Federalismo no Brasil**. A experiência brasileira recente de descentralização de programas federais de apoio ao ensino fundamental. *In*: GOMES, Alfredo Sarmiento, Vera Lúcia Cabral Costa (Org), et al. Descentralização da Educação: novas formas de coordenação e financiamento. São Paulo: FUNDAP: Cortez,2001.

SANTOS, Joedson Brito dos, **O FUNDEB e a educação infantil**. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2015.

GOUVEIA, Andreia Barbosa. O Financiamento da educação no Brasil e o desafio da superação das desigualdades. *In*: SOUZA, Ângela Ricardo de; GOUVEIA, Andréa Barbosa, TAVARES, Taís Moura, (Orgs). **Políticas Educacionais: conceitos e debates**. Curitiba: Appris, 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 38, 111, 139, 148

Aluno trabalhador 45

Aprendizagem 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 44, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 64, 65, 74, 76, 77, 102, 106, 108, 109, 111, 113, 118, 119, 121, 123, 125, 127, 130, 136, 140, 141, 142, 144, 149, 153, 167, 168, 169, 178, 184, 185, 186, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 220, 222, 230, 239, 240, 241, 243, 246, 248, 249

Aquisição de conceitos 38, 39, 40, 41, 43, 44

Arte educação 81

Astronomia 66, 67, 68, 69, 74, 79, 80

B

Biblioteca 33, 206, 220, 221, 222, 227, 229, 230

Bodymind centering 118, 119

C

Cápsula do tempo 201, 206, 210

Cegueira 38, 39, 40, 42, 43

Ciclo de palestras 94

Círculos de cultura 140

Classe descentralizada 201, 205, 206, 208, 210

Comunidade rural 132, 133, 138

Construção do conhecimento 2, 3, 11, 84, 117, 158, 184, 187, 196, 197, 199, 239

Cursos superiores de tecnologia 45, 46, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55

Cursos técnicos 201, 205, 206, 209, 210, 220, 226, 232

D

Deficiência visual 38, 39, 66, 68, 69, 72, 79, 80

Democratização da ciência 213, 215, 219

Desenvolvimento infantil 239, 241, 243

Direito à educação 134, 169, 170, 172, 174, 175, 178, 182

E

EAD 195, 196, 198, 199

Educação 13, 15, 19, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 58, 61, 63, 65, 68, 70, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 116, 117, 118, 120, 121, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 149, 151, 154, 158, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 182, 185, 193, 195, 196, 200, 201, 208, 209, 214, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 245, 247, 248, 249, 250

Educação ambiental 24, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90, 92

Educação contextualizada 132, 133, 135, 136, 143, 144, 145

Educação escolar pública 169, 171, 173

Educação matemática 26, 28, 30, 250

Educação popular 133, 136, 144, 145

Eficácia 102, 150, 231, 233, 234, 235, 237

Empreendedorismo 146, 149, 155, 163, 167

Ensino a distância 51

Ensino básico 17, 32, 67, 118

Ensino de ciências 66, 184, 192

Ensino de física 183, 187, 188, 192

Ensino de química 14, 15, 16, 21, 24

Ensino integrado 220

Ensino superior 45, 46, 47, 48, 52, 53, 55, 94, 96, 159, 232, 250

Equidade 231, 232, 233, 234, 235, 237, 238

Experiência estética 81, 88, 89, 90, 91, 151

Experimentação 14, 16, 17, 122, 128, 143, 243

F

Física acústica 183, 184, 188, 192

Formação inicial 67, 94

Fracasso escolar 26, 27, 28, 30, 36

G

Gestão educacional 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237

I

Impactos 56, 102, 170

Inclusão 14, 15, 16, 17, 23, 24, 25, 66, 70, 77, 80, 146, 153, 199, 224, 227, 229

Inclusão social 146, 153

Iniciação científica 93, 94, 95, 97, 98, 99
Inovação 149, 151, 152, 163, 164, 195, 196, 197
Institutos federais 231, 232, 233, 234, 236, 238
Instrumentos musicais 156, 183, 184, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194
Investigação 14, 16, 32, 36, 41, 88, 96, 107, 136, 137, 138, 146, 147, 162, 164, 166, 168, 186, 187, 220, 229, 236

L

Literatura 28, 65, 79, 102, 103, 105, 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 128, 184, 186, 223, 224, 229, 230, 231, 241
Ludicidade 57, 64, 118, 124, 250
Lúdico 3, 7, 8, 13, 56, 60, 215, 249

M

Material digital 220, 226, 228
Material tátil 66, 68, 74, 78, 79
Metodologias de ensino 2, 3, 9
Movimento 27, 57, 68, 99, 107, 109, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 151, 152, 153, 156, 163, 186, 223
Música 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 77, 126, 157, 183, 184, 189, 191, 241

N

Nutrição 213, 215, 216, 217, 218

P

Perfil dos alunos no ensino superior 45
Pnae 169, 170, 171, 174, 175, 176, 179, 181, 182
Protagonismo infantojuvenil 146, 147, 149, 163

R

Recurso didático 56, 63, 69, 220
Redes sociais digitais 239, 240, 242, 246, 247, 249
Reprovação 26, 27, 33, 235

S

Saúde 3, 17, 18, 21, 24, 144, 148, 160, 167, 173, 189, 190, 213, 215, 216, 217, 218, 248

T

Tecnologias 49, 53, 68, 108, 146, 151, 155, 168, 186, 193, 195, 196, 197, 200, 220,

222, 229, 239, 240, 241, 244, 245, 246, 247, 248, 249

Y

Youtube 167, 168, 239, 248, 249

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br